

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo n° : 10070.000112/97-32

Recurso n° : 133.302

Matéria : IRPJ e OUTROS - EX.: 1992

Recorrente : 6ª TURMA/DRJ no RIO DE JANEIRO/RJ-I

Interessada : M. J. AUTOMÓVEIS LTDA.

Sessão de : 05 DE NOVEMBRO DE 2003

Acórdão n° : 105-14.259

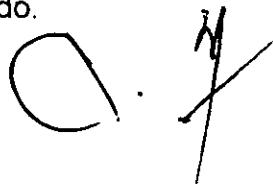
IRPJ - PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - RECURSO DE OFÍCIO - DECADÊNCIA - LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO - Até o advento da Lei nº 8.383, de 1991, o direito de a Fazenda Nacional constituir o crédito tributário concernente ao IRPJ somente se extinguia após decorridos cinco anos da entrega da declaração de rendimentos do período de apuração correspondente, salvo se a entrega ocorrer a partir do exercício seguinte a que se referir. De acordo com as normas contidas no CTN, nos tributos sujeitos ao regime do lançamento por homologação, a decadência do direito de constituir o crédito tributário se rege pelo artigo 150, § 4º, o que pressupõe o seu pagamento antecipado; na inexistência da antecipação, já não será o caso de lançamento por homologação, hipótese em que a constituição do crédito tributário deverá observar o disposto no seu artigo 173, I.

DECORRÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS, FINSOCIAL, IRRF (ILL) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO - Tratando-se de lançamentos reflexos, a decisão prolatada no lançamento matriz, é aplicável, no que couber, aos decorrentes, em razão da íntima relação de causa e efeito que os vincula.

Recurso de ofício provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de ofício interposto pela 6ª TURMA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO no RIO DE JANEIRO/RJ-I

ACORDAM os Membros da Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso de ofício e determinar o retorno dos autos à instância inferior para apreciação do mérito, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
Processo n° : 10070.000112/97-32
Acórdão n° : 105-14.259

Mario J.
DORIVAL PADOVAN
PRESIDENTE

Luis Gonzaga Medeiros Nóbrega
LUIS GONZAGA MEDEIROS NÓBREGA
RELATOR

FORMALIZADO EM: 08 DEZ 2008

Participaram ainda, do presente julgamento os Conselheiros: DANIEL SAHAGOFF, ÁLVARO BARROS BARBOSA LIMA, JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER, VERINALDO HENRIQUE DA SILVA e JOSÉ CARLOS PASSUELLO. Ausente, justificadamente a Conselheira FERNANDA PINELLA ARBEX.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
Processo nº : 10070.000112/97-32
Acórdão nº : 105-14.259

Recurso nº : 133.302
Recorrente : 6ª TURMA/DRJ no RIO DE JANEIRO/RJ-I
Interessada : M. J. AUTOMÓVEIS LTDA.

R E L A T Ó R I O

Trata o presente processo, de Auto de Infração (AI), constante das fls. 03/06, no qual foi formalizada a exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), relativa ao período-base de 1991, correspondente ao exercício financeiro de 1992, em virtude de haver sido constatada omissão de receita caracterizada por depósitos bancários não contabilizados.

De acordo com a descrição dos fatos constante da peça vestibular, os recursos objeto dos depósitos efetuados em instituição financeira arrolados na autuação, se originaram de operações de vendas de mercadorias mantidas à margem da escrituração, segundo informação prestada pela própria fiscalizada.

Na oportunidade, foram ainda, exigidas, como lançamentos reflexos, as Contribuições para o PIS (AI às fls. 196/199) e para o Fundo de Investimento Social – FINSOCIAL (AI às fls. 200/203), além do Imposto de Renda na Fonte Sobre o Lucro Líquido – ILL (fls. 204/207) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL (AI às fls. 208/211).

Inconformada com as exigências, a autuada ingressou com a impugnação de fls. 222/228, instruída com os documentos de fls. 229 a 258, onde requer a realização de diligência e censura a metodologia adotada pelo autor do feito para a apuração da base imponível arrolada no procedimento fiscal, solicitando, ao final, o cancelamento dos AI lavrados.

Em Acórdão de fls. 262/267, a Sexta Turma de Julgamento da DRJ/Rio de Janeiro/RJ I considerou improcedentes os lançamentos, por transcurso do prazo decadencial do direito de a Fazenda Pública formalizar as exigências de que se cuida, sob o



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
Processo nº : 10070.000112/97-32
Acórdão nº : 105-14.259

argumento de que o IRPJ é tributo sujeito ao lançamento por homologação, disciplinado pelo artigo 150 e seu parágrafo 4º, do Código Tributário Nacional (CTN); como o período de apuração arrolado no AI corresponde ao período-base encerrado em 31/12/1991, o Fisco somente poderia exercer aquele direito até 31/12/1996, sendo, no entanto, formalizada a exigência, em 15/01/1997, já fora do interregno de que trata o citado dispositivo.

Dessa decisão, o órgão julgador a quo recorreu de ofício, a este Colegiado, na forma determinada pelo artigo 34, inciso I, do Decreto nº 70.235/1972, com a redação dada pelo artigo 67, da Lei nº 9.532/1997.

É o relatório.



V O T O

Conselheiro LUIS GONZAGA MEDEIROS NÓBREGA, Relator

O crédito tributário exonerado pela decisão da autoridade julgadora de primeira instância supera o limite de alçada previsto na Portaria MF nº 333/1997, razão pela qual tomo conhecimento do Recurso de Ofício.

Conforme relatado, a apreciação do presente recurso limitar-se-á à questão preliminar suscitada de ofício pelo órgão julgador *a quo*, por ele adotada como motivação para concluir pela improcedência dos lançamentos, qual seja, o fato de eles haverem sido formalizados após transcorrido o prazo decadencial aplicável à espécie.

Segundo o julgado recorrido, a improcedência do feito se deveu à decadência do direito de a Fazenda Nacional formalizar a exigência concernente ao IRPJ, relativa ao exercício financeiro de 1992, sob o argumento de que aquele tributo se sujeita ao lançamento por homologação, regulado pelo artigo 150, § 4º, do CTN, fato que prejudica as exigências reflexas, por aplicação do princípio da decorrência processual.

Apesar de reconhecer a sólida fundamentação doutrinária e jurisprudencial, na qual se baseia a tese em questão, de que o lançamento do imposto de renda da pessoa jurídica se opera por homologação, a justificar a conclusão acerca da decadência sob análise, é, igualmente, inconteste a ausência de pacificação da matéria, no âmbito deste Colegiado.

Com a devida vénia de meus pares que abraçam a tese argüida no julgado sob análise, particularmente me filio à corrente que permanece com o entendimento de que o termo inicial da contagem de prazo do período decadencial aplicável ao lançamento do IRPJ é a data da entrega tempestiva da declaração de rendimentos do exercício financeiro correspondente, mormente na hipótese dos autos, em que os fatos geradores arrolados



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
Processo n° : 10070.000112/97-32
Acórdão n° : 105-14.259

ocorreram anteriormente à vigência da Lei n° 8.383/1991, que aboliu o termo *Notificação* do correspondente recibo de entrega e instituiu o pagamento do tributo em bases correntes.

Assim, se pela legislação então vigente, os pagamentos efetuados pela pessoa jurídica ao longo do período-base de apuração, sob o título de *antecipações* e *duodécimos* constituíam meras antecipações do imposto devido na declaração - que poderia até inexistir, no caso de apuração de prejuízos fiscais no período, a determinar a devolução do montante recolhido - tais regras não se ajustam à previsão do artigo 150, do CTN, sendo reguladas, por exclusão, pelas normas contidas no artigo 173, do mesmo diploma legal.

(No caso sob análise, observa-se, pela cópia da DIRPJ apresentada para o período - fls. 212/216 - que a Contribuinte não recolheu qualquer valor àquele título ao longo do ano de 1991, tendo, inclusive, apurado prejuízo fiscal no exercício financeiro correspondente, não havendo, portanto, o que ser homologado).

Apreciando a matéria, a Egrégia Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF), em Sessão de 07 de novembro de 2000, concluiu pela inaplicabilidade do disposto no artigo 150, § 4º, do CTN aos lançamentos relativos a fatos geradores ocorridos até o período-base de 1991, de acordo com o Acórdão n° CSRF/01-03.173, relatado pela Conselheira MARIA GORETTI AZEVEDO ALVES DOS SANTOS, assim ementado:

"IRPJ – DECADÊNCIA – LANÇAMENTO DE OFÍCIO – O imposto de renda antes do advento da Lei 8383/91, era um tributo sujeito a lançamento por declaração, operando-se o prazo decadencial a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, consoante o disposto no artigo 173 do CTN. A contagem do prazo de caducidade seria antecipado para o dia seguinte à data da notificação de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento ou a entrega da declaração de rendimentos. Tendo sido o lançamento de ofício efetuado na fluência do prazo de cinco anos contado a partir da entrega da declaração de rendimentos, improcede a preliminar de decadência no direito da Fazenda Nacional lançar o tributo."

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
Processo n° : 10070.000112/97-32
Acórdão n° : 105-14.259

Mesmo adotando a tese de lançamento por homologação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, a posição hodierna da CSRF é no sentido de que, antes da vigência da Lei nº 8.383, de 1991, o termo inicial do prazo decadencial é a data da entrega tempestiva da declaração de rendimentos (ou, se com atraso, o dia em que foi efetuada, se dentro do próprio exercício), por configurar esta, a data em que a administração tributária tomou conhecimento dos atos praticados pelo sujeito passivo, concernentes à apuração do tributo devido e dos pagamentos efetuados, para fins de homologação do procedimento.

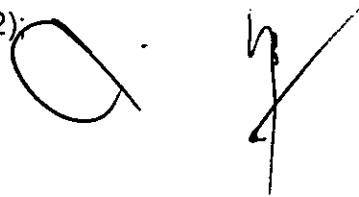
No caso que se cuida, a entrega da declaração de rendimentos se deu em 28/04/1992 (fls. 212), tendo o sujeito passivo tomado ciência do auto de infração lavrado, em 15/01/1997, configurando um interregno inferior a cinco anos, entre as duas datas.

Entendo, ademais, que a aplicação da norma prevista no parágrafo 4º, do artigo 150, do CTN, pressupõe, sempre, uma atividade exercida pelo sujeito passivo, concernente ao pagamento antecipado de tributo, em relação à atuação da administração tributária.

Assim, se não há pagamento antecipadamente efetuado pelo contribuinte (como na hipótese dos autos), não existe atividade a ser homologada pelo Fisco, o que leva o regramento do prazo decadencial a ser observado no lançamento, para as disposições contidas no artigo 173, do CTN, hipótese aplicável às obrigações principais totalmente não adimplidas pelo sujeito passivo.

Essa vinculação do lançamento por homologação à existência de pagamento antecipado (de tributo), constitui o entendimento da maioria dos doutrinadores, conforme trechos a seguir transcritos:

1. Luciano da Silva Amaro: “quando não se efetua o pagamento antecipado exigido pela lei, não há a possibilidade de lançamento por homologação, pois, simplesmente não há o que homologar” (“Direito Tributário Brasileiro”; Ed. Saraiva; São Paulo; 1997; pág. 382);



2. Sacha Calmon Navarro Coêlho: "Nos impostos sujeitos a 'lançamento por homologação' contudo – desde que haja pagamento, ainda que insuficiente para pagar todo o crédito tributário – o dia inicial da decadência é o da ocorrência do fato gerador da respectiva obrigação, a teor do parágrafo 4º, do artigo 150, retrotranscrito". ("Liminares e Depósitos antes do Lançamento por Homologação – Decadência e Prescrição"; Dialética; 2000; pág.60);

3. Alberto Xavier: "Não pode, porém configurar-se esta atividade de controle da correção do pagamento espontaneamente efetuado pelo contribuinte como um ato de homologação, expresso ou tácito. (. . .). Ora, no 'lançamento por homologação' não existe qualquer ato administrativo prévio suscetível de um controle, mas sim, um ato jurídico, praticado por particular, em que se traduz o pagamento da obrigação tributária (. . .). Das duas uma: ou se constata que o pagamento efetuado pelo contribuinte é insuficiente – e nesse caso não há homologação, mas lançamento de ofício no que concerne ao montante em falta – ou se constata que o pagamento se realizou conforme a lei – e nesse caso não há lançamento (. . .)". ("Do Lançamento. Teoria Geral do Ato, do Procedimento e do Processo Administrativo", Ed. Forense; 2ª Ed. 1998; pág. 85 e 86) (os destaques não são dos originais).

Essas interpretações, certamente, derivam do próprio conceito do "lançamento por homologação" contido no *caput* do artigo 150, do CTN, que prevê a homologação, pela autoridade administrativa, da atividade exercida pelo sujeito passivo referente ao pagamento antecipado do tributo (em relação a qualquer procedimento de ofício), nas situações em que a legislação a ele atribua o dever de fazê-lo.

No que concerne à jurisprudência, temos o precedente do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, o qual, por sua Primeira Seção, entendeu, no julgamento do Recurso Especial nº 101.407/SP, de 07/04/2000, que, se não houver o pagamento antecipado, não restará configurado o lançamento por homologação, devendo, nessa hipótese, ser observado o que dispõe o artigo 173, I, do CTN, de acordo com a ementa do julgado, a seguir reproduzida:

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
Processo n° : 10070.000112/97-32
Acórdão n° : 105-14.259

"TRIBUTÁRIO. DECADÊNCIA. TRIBUTOS SUJEITOS AO REGIME DO LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO.

"Nos tributos sujeitos ao regime do lançamento por homologação, a decadência do direito de constituir o crédito tributário se rege pelo artigo 150, § 4º, do Código Tributário Nacional, isto é, o prazo para esse efeito será de cinco anos a contar da ocorrência do fato gerador; a incidência da regra supõe, evidentemente, hipótese típica de lançamento por homologação, aquela em que ocorre o pagamento antecipado do tributo. Se o pagamento do tributo não for antecipado, já não será o caso de lançamento por homologação, hipótese em que a constituição do crédito tributário deverá observar o disposto no artigo 173, I, do Código Tributário Nacional." (destaquei).

Conclui-se, então, que somente se aplica o comando contido no dispositivo em questão, na presença de pagamento, ainda que parcial, de tributos, hipótese que, por si só, prejudica a tese invocada no julgado recorrido, tendo em vista a inexistência de qualquer recolhimento efetuado pela autuada, no período.

Diante do exposto, voto no sentido de dar provimento ao Recurso de Ofício interposto, para afastar a preliminar de decadência suscitada, de ofício, pelo relator do arresto recorrido, devendo o processo retornar ao órgão julgador de primeiro grau, para fins de apreciação do mérito do presente litígio, não analisado naquela instância, por incompatibilidade com a preliminar argüida.

É o meu voto.

Sala das Sessões - DF, em 05 de novembro de 2003.

LUIS GONZAGA MEDEIROS NÓBREGA